



# NECESSIDADE DE NUCLEARIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Marco Antonio Felício da Silva

**E** estamos cientes de que a nuclearização das Forças Armadas de um país não faz da noite para o dia e, nem ao pouco, sem o dispêndio de recursos econômico-financeiros vultuosos e modificações de toda ordem, complexas e profundas. Entretanto, aspirar e pensar com grandeza, sem fugir à realidade, é a única maneira de ser grande.

Devemos estar cientes, também, de que, em qualquer crise, seja ela qual for, a crise permanente, principalmente quando se trata de um país com os recursos, população e vastidão territorial do Brasil, cujo crescimento contínuo trouxe, e trará ainda mais, sem trégua, o alargamento de interesses, provocando o surgimento e a intensificação de antagonismos aos quais, sejam quais forem os riscos, não poderemos nos esquivar.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, alimentou-se a esperança de manter-se o mundo dividido em duas grandes áreas de influência, partindo-se da premissa de que o ideal comum dos dois grandes líderes que surgiram — Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — era o da reconstrução da sociedade mundial; tal reconstrução teria, como objetivos primordiais, a melhoria do padrão de vida, a eliminação do desemprego e o definitivo afastamento da guerra como solução para as divergências entre Estados.

Com o correr dos anos, porém, a situação mundial deteriorou-se; as condições de equilíbrio foram alteradas com o aparecimento de novas potências, trazendo novos dados para o jogo da política in-

ternacional e acarretando, conseqüentemente, novas considerações, para cada país, na área da Segurança Externa.

As crises institucionalizaram-se e a Organização das Nações Unidas (ONU), que nasceu para resolvê-las, não se firmou de molde a impor, às nações, comportamento compatível com as idéias que lhe deram origem. Ainda porque os desníveis econômicos entre as nações surgiram como fator de perturbação da paz.

Neste mundo, permanentemente conturbado pelo entrelaço político e ideológico, tornou-se mais do que evidente o valor atribuído à posse de armas nucleares e o seu peso nas decisões das querelas internacionais. Mesmo que não exista paridade com os mais fortes, constitui um fator importante de prestígio e de dissuasão limitada. Não é admissível que qualquer Estado, com aspirações a grande potência, deixe de possuí-las em futuro não muito distante, pois, é impossível conjurar o mal negando a sua existência ou estribando-se num idealismo político que, normalmente, existe quando não contraria o interesse do mais forte.

As guerras se espalharam pelos quatro continentes, envolvendo 45 dos 164 países do mundo, hoje um verdadeiro barril de pólvora. Como advertiu recentemente o Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, estamos muito próximos de uma anarquia internacional.

Por trás desses conflitos, estão em jogo interesses, os mais diversos, relativos às grandes potências

ou superpotências, que evitam o confronto direto, por medo da retaliação atômica, proporcionando a destruição e a morte em larga escala, porém jamais em seus próprios territórios. Dados computados, até o ano de 1981, mostram que tais conflitos mobilizaram, diretamente, mais de 4 milhões de soldados, sem contar civis envolvidos, com baixas fatais estimadas entre 1 e 5 milhões de pessoas. Segundo o analista americano Stephen Goose, esses números tendem a aumentar nos próximos anos porque "as velhas guerras não têm terminado e novas guerras têm eclodido".

Forças de ocupação, esquadras e assessores militares das grandes potências e superpotências encontram-se, direta ou indiretamente, envolvidos nestes conflitos, sem que as regras do Direito Internacional ou as mediações diplomáticas se façam valer sobre o uso da força. Mandam os mais fortes, sofrem os mais fracos. Em consequência, avulta o grau de garantia que o Estado proporciona à nação contra os antagonismos e pressões de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou possam manifestar-se no domínio das relações internacionais. Ao considerar-se, pois, a ação do Poder Nacional, dentro do quadro da Segurança Externa, e sem desprezar os demais valores aos quais o Poder está condicionado, verificamos que o Poder Militar, em termos de eficiência e eficácia, no estágio atual da humanidade, torna-se imprescindível; o bom senso e a História assim o têm confirmado.

Face à aspiração de potência e à posição que o Brasil já ocupa no cenário mundial, apesar das dificuldades que enfrentamos, e diante dos crescentes interesses e responsabilidades no campo das relações internacionais, acreditamos ser sumamente necessário, dentro de uma visão realista, apoiar-se tal posição em Poder, cuja Expressão Militar, num crescimento contínuo, seja bastante forte para não ser desprezada por eventuais aliados ou inimigos.

Dentro do contexto acima, o objetivo do nosso trabalho é mostrar a necessidade, que já se impõe, de criarmos uma consciência militar (e também nacional, excluindo o pacifismo irresponsável) que se desenvolva paulatinamente, apesar de todas as restrições existentes, que não são impossibilidades e nem são pouco permanentes, a adoção, pelas Forças Armadas, de engenhos nucleares táticos e estratégicos.

#### A estratégia militar norte-americana em relação à América Latina e o Brasil.

Torna-se difícil isolar e identificar os enfoques estratégicos norte-americanos com relação à América Latina e ao Brasil, pois, em um dado momento, podem haver vários conceitos de estratégia militar em competição. Por vezes, convergem numa estratégia global, política e diplomática, aplicável à região; outras vezes, divergem e tendem a criar conflitos com o mecanismo de decisão no terreno da Política Exterior. A grande realidade é que

estes conceitos são variáveis e colocados em prática tendo em vista, unicamente, o valor que a região poderá apresentar, segundo determinadas circunstâncias, para a segurança externa norte-americana.

Assim, segundo os interesses norte-americanos e a manutenção de sua segurança externa, é possível discernir uma série de conceitos estratégicos aplicáveis à América Latina, pelos estrategistas militares americanos, em épocas diversas. São eles:

- O lago estadunidense;
- a negligência benigna;
- defesa do quarto de esfera;
- defesa do hemisfério;
- relações bilaterais — especiais;
- espaço secundário;
- o antifoco.

#### — O conceito do lago estadunidense

Esta visão estratégica, que faz do Caribe verdadeiro "Lago de domínio americano", predominou, do início do século até 1933, face, principalmente, aos interesses militares e econômicos que os Estados Unidos da América tinham no Caribe, pois que: — As principais rotas comerciais dos Estados Unidos atravessavam o Caribe; — Onze Nações Latino-Americanas estão no Caribe; — O controle do Caribe pelos Estados Unidos negava, às potências hostis, acesso à parte inferior dos Estados Unidos; — O controle do Canal do Panamá permitia às forças navais americanas transferirem-se, rapidamente, de um oceano para outro.

Este conceito, colocando em prioridade as nações do Caribe no

que tange à Política Externa americana, tornou-se fator altamente negativo nas relações dos Estados Unidos com a América Latina; foi por isso abandonado com o início da Política da Boa Vizinhança, posta em prática por Franklin Delano Roosevelt.

— *A negligência benigna*

Relegando ao abandono o conceito do lago estadunidense, para melhoria das relações com a América Latina, o enfoque militar anterior e unilateral não foi substituído por quaisquer entendimentos militares, bilaterais ou multilaterais; isso somente viria a ocorrer, quando da irrupção da Segunda Guerra Mundial, devido aos interesses estratégicos norte-americanos.

Foi um período de "negligência benigna". Negligência pela inexistência de uma estratégia militar americana, declarada, para a região e, benigna, principalmente tendo em vista o surgimento da corrente pan-americanista em acentuado conflito com o conceito dos Estados Unidos com a América Latina.

É mister lembrar que a "negligência benigna" corespondeu a um período durante o qual não se apresentou qualquer ameaça para a Segurança Externa norte-americana.

— *Defesa do quarto de esfera*

Este conceito preconizava o estabelecimento de uma linha defensiva, durante a Segunda Guerra Mundial, que possibilitasse a segu-

rança externa dos Estados Unidos continental. Assim sendo, envolvia a América Latina apenas na medida em que certas de suas zonas poderiam contribuir para a defesa do continente norte-americano. As repúblicas latino-americanas, localizadas dentro do perímetro, tinham o seu papel e seriam protegidas pelos Estados Unidos. As Nações de fora do perímetro eram, em realidade, abandonadas ao seu destino.

O Nordeste brasileiro foi abandonado por esta linha devido a sua proximidade da Costa Africana Ocidental, considerada, em potencial, região de bases nazistas, ameaçando diretamente o extremo leste brasileiro, cabeça-de-praia lógica para qualquer ataque à parte Sul dos Estados Unidos.

As duas premissas básicas do conceito eram a crença de que a maior parte da América Latina nada representava estrategicamente e "o desdém por sua possível contribuição militar".

— *Defesa do hemisfério*

O quarto de esfera, como conceito estratégico, deu lugar, após 1942, ao conceito de defesa do hemisfério, cuja origem pode ser encontrada nos ideais pan-americanos de Simón Bolívar. Os ministérios militares dos Estados Unidos aceitaram, com relutância, essa política. Os Ministérios da Guerra e da Marinha só a apoiaram, verbalmente, nos anos de guerra, pois, praticamente, executavam uma política de quarto de esfera com os países que apresentavam algum interesse para a defesa da integri-

dade territorial norte-americana.

Depois da Segunda Guerra, a defesa do hemisfério foi consubstanciada no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), não chegando, entretanto, a transformar-se numa aliança militar eficaz, pois, embora mencione o uso da força como medida possível, mas não compulsória, é omissivo quanto às questões-chaves de estrutura, organização ou planejamento para o emprego dessa força.

#### - O antifoco -

Com o advento de Fidel Castro, Regis Debray e Guevara e a tentativa de exportação da revolução cubana para a América Latina, os Estados Unidos colocam, em execução, a estratégia do antifoco.

Tem o conceito como base evitar a intervenção americana no hemisfério, à semelhança do que ocorreu no Vietnã, e, conseqüentemente, evitar sobrecarregar seus recursos militares, bem como atender a interesses de sua Política Interna e Externa.

Nos primeiros anos da década de 60, procura o Governo norte-americano treinar militares latino-americanos, realçando e valorizando, ao extremo, "táticas de contra-insurgência e o conceito de ação cívica".

As limitadas quantidades de material militar fornecidas à América Latina são justificadas em nome da obtenção de uma estabilidade necessária a um desenvolvimento ordenado sob a égide da Aliança para o Progresso.

#### - Espaço secundário

É o conceito estratégico colocado em vigor, pelos Estados Unidos, durante o período da "Guerra Fria". Por este conceito, a América Latina é considerada como uma "zona de abastecimento de materiais", encravada num "espaço secundário". Os norte-americanos consideram o apoio da América Latina um fato consumado, principalmente pela necessidade de proteção que a mesma inspira, dada a fragilidade de seu poder, destacando-se a do aspecto militar.

A Europa Ocidental é considerada região prioritária e a aliança com a mesma, através da OTAN, é caracterizada como núcleo da Política Externa americana. Os EUA se mostram como um fiel e confiável aliado, fazendo tudo para reforçar política, econômica e militarmente tal aliança.

Essa estratégia é confirmada quando os EUA abandonam a neutralidade e apóiam, incondicionalmente, a Inglaterra, no conflito das Malvinas, pondo por terra o chamado sistema e a solidariedade "interamericana".

#### - Relações bilaterais especiais

Este conceito leva em consideração apenas algumas nações que estejam em condições de dar, em determinada ocasião, contribuição direta e positiva aos interesses estratégicos militares norte-americanos.

Tais relações preponderaram, a partir do ano de 1942, destacan-

do-se aquelas com o Brasil e o México. Isso, face às características que apresentavam algumas áreas destes dois países, importantíssimas para a defesa continental dos Estados Unidos.

Entretanto, devido a conflitos ou convergências de interesses emergentes, principalmente econômicos e políticos, tais relações sofreram altas e baixas, tornando-se um fato altamente negativo nas relações externas norte-americanas com os principais países latino-americanos, dentre eles Brasil e Argentina.

A questão dos "Direitos Humanos", o "Acordo Nuclear Brasil-Alemanha", o problema da instabilidade na América Central e a recente "Guerra das Malvinas" são alguns exemplos de fatos adulteradores de tais relacionamentos.

Os conceitos, acima examinados, mostram o enfoque estratégico dado, pelos militares americanos, à América Latina e ao Brasil, em particular, desde o início do século; realçam, ao longo dos anos, as contribuições relativamente estreitas e limitadamente positivas que os países, do hemisfério, puderam fazer à defesa militar dos Estados Unidos; consideram, como fato consumado, o alinhamento da Região com as posições americanas em caso de conflito internacional, face à fragilidade militar da mesma e, conseqüentemente, devido à incapacidade de defesa própria.

O conceito do antifoco fez com que as nações do Continente deixassem, nas mãos dos EUA, suas maiores preocupações para com a

Defesa Externa e se voltassem, quase que inteiramente, no sentido de prepararem-se para a possibilidade de enfrentar, internamente, a guerra de guerrilhas. O slogan "um mínimo de segurança para um máximo de desenvolvimento", é, sem dúvida, uma herança desse conceito, verdadeiro entrave ao crescimento do Poder Nacional no seu Aspecto Militar; isso trouxe para as Forças Armadas repercussões que vão desde obsolescência do seu material até a desmotivação profissional pelo descrédito, dos seus quadros, em sua operacionalidade.

Hoje, alguns dos conceitos aqui enfocados, algo modificados por circunstâncias inequívocas, como o "Lago Estadunidense, onde a Cuba sovieterizada está implantada, estão presentes, ora sem qualquer harmonia, ora convergindo segundo uma estratégia única, política e diplomática, mostrando variações incoerentes na Política Externa norte-americana para com a América Latina e cada um de seus países, criando uma imagem extremamente negativa dos Estados Unidos perante os povos da Região, que os vêem, por sua própria culpa, por ação e omissão, como uma potência espoliadora das nações latino-americanas.

Tais incoerências originárias de uma estratégia política e militar imediatista, com ações de grande impacto, mas normalmente inoportunas e sem a firmeza e continuidade devidas, reforçando quase sempre insucessos já determinados, com conseqüências desastrosas e desmoralizantes, não é difi-

cil de comprovarmos quando remontamos a cerca de 5 anos passados (para não recuarmos em demasia na História) e verificamos a intensificação das relações dos Estados Unidos, em todos os campos, com a Argentina, após um afastamento do Brasil, por conflitos de interesses, anteriormente considerado "carro chefe" da América Latina. (Em escala mundial, veja-se o aparecimento do Irã como fator complicador, no Oriente Médio, e a recente intervenção e retirada, sob pressão militar síria, dos fuzileiros americanos do Líbano).

Entretanto, tal relacionamento estreito com a Argentina visou envolvê-la militarmente na América Central, buscando respaldo internacional e regional para a política norte-americana com relação a países com conflitos internos naquela área e a possibilidade do engajamento de tropas não americanas, estas já presentes em diversas partes do mundo.

Contudo, o posicionamento dos Estados Unidos ao lado da Inglaterra, quebrando a sua neutralidade em relação à "Guerra das Malvinas", dilacerou — fruto, mais uma vez, de interesses e conveniências mais fortes — os então crescentes laços entre Argentina e Estados Unidos, com reflexos negativos em toda a América Latina.

Comprova-se, também, com o agravamento atual da situação na América Central, onde Cuba deixou de ser um caso isolado, após a vitória sandino-marxista na Nicarágua, sob os olhares do "Tigre de Papel" americano. A insegura ajuda a El Salvador não parece modi-

ficar a previsão de um desfecho desfavorável para situação naquele país.

Os fatos acima e a "cirúrgica" invasão de Granada para a remoção de um quase novo "tumor" de origem soviética, voltam a fazer da Região Centro-Americana um dos alvos prioritários da Política Externa do Governo Reagan, principalmente após a conclusão da "Comissão Kissinger" de que a estratégia da URSS consiste em tirar partido da miséria, das revoluções e da instabilidade da América Central para estabelecer uma ameaça, crescente e constante, às fronteiras do EEUU.

A URSS tem mantido, por décadas, a ofensiva em sua "Guerra Fria" com o Ocidente, exatamente porque tira vantagens de algumas das inconseqüências da estratégia americana. Um dos seus mais retumbantes êxitos foi conseguir criar um centro de conflitos junto às fronteiras da América do Norte.

Os chefes militares americanos sabem que, mesmo para os EUA, superpotência, um excesso de compromissos, com envolvimento militar simultâneo em vários países e em continentes diferentes, poderá pôr em xeque o seu poderio militar.

Barry Blechman, do "Centro Georgetown para Estudos Estratégicos Internacionais", adverte: É um problema muito sério. Nós temos assumido inúmeros compromissos envolvendo as Forças Armadas, sem enfrentar a realidade do que é necessário para assumí-los."

Os Estados Unidos se comprometeram, em tratados de defesa, com nada menos de 41 países em todo o mundo — os 15 membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Japão, Coréia do Sul, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia, e as 21 nações, da América Latina, signatárias do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

A carga imposta ao Pentágono, porém, vai bem além desses acordos formais. Nos últimos anos, por exemplo, os Estados Unidos também assumiram responsabilidades de defesa na região do Golfo Pérsico, cujo fechamento ameaçaria o suprimento de petróleo do Ocidente. E, mais recentemente, o Presidente Reagan havia garantido o apoio americano à restauração da independência do Líbano.

A flexibilidade do Pentágono para prover soldados e armamentos, capazes de atender a tantas obrigações, no entanto, tem limites. E um desses limites reside no fato de que grande parte das Forças Armadas americanas está permanentemente fixada em áreas consideradas críticas.

“A Europa é o mais notável exemplo da fixação do pessoal militar dos Estados Unidos: nada menos de cinco das 16 divisões prontas para combate do Exército estão lotadas no Sétimo Exército, baseado nos países da Europa Ocidental, sem contar o pessoal da Força Aérea. No Extremo Oriente, estão estacionadas uma outra Divisão do Exército e uma Força Anfíbia, que corresponde, em pessoal, a um terço de todo

o efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais.”

Mais recentemente, o Governo decidiu estacionar forças de terra, mar e ar em torno da América Central para participarem de exercícios de advertência a Cuba e a Nicarágua. Isto exigiu esforços adicionais para reunir o pessoal suficiente.

O resultado é que a reserva de forças “descompromissadas”, da qual os EUA podem lançar mão para eventuais crises em outras partes do mundo, tornou-se bastante limitada. Um analista observou que “uma parcela da experiente 82ª Divisão Aerotransportada, encarregada de intervir em caso de perigo no Golfo Pérsico, acabou sendo designada para Granada.”

O ônus da defesa do Golfo Pérsico, ademais, é agravado pela falta de bases militares na região. Para supri-las, foi constituída uma força de intervenção rápida, composta de cinco divisões (298 mil homens), baseada nos Estados Unidos e em condições de intervir no Oriente Médio em caso de necessidade. No entanto, essa força pode ser privada de até três divisões, já que elas também estão designadas para a eventualidade de uma emergência de guerra na Europa.

Por outro lado, se houver uma sucessão de crises, o Pentágono se verá diante de graves problemas de transporte e logística para projetar seu poder a pontos distantes.

Dentro desse contexto, já se vislumbra a busca de um novo estreitamento de relações dos Estados Unidos com o Brasil, facilitado pelas dificuldades de ordem econô-

mica e financeira que o nosso País atravessa, busca essa, sem dúvida, visando satisfazer não somente aos interesses americanos na América Central, como também voltar a uma situação de "cooperação militar", semelhante à iniciada nos idos de 1952, isto é, de completa dependência militar, dificultando ou impedindo, principalmente, a concretização do desenvolvimento de tecnologia própria e da marcante (concorrente futura) indústria bélica brasileira.

Seríamos levados também a direcionar a nossa instrução basicamente para "ação de "contra-insurgência" (o que já ocorreu quando do antifoco), a fim de ajudarmos os americanos a enfrentarem os problemas atuais da América Central e outros que poderão advir.

Com isso, mais uma vez, a nossa Doutrina Militar de Guerra Convencional, ainda engatinhando, mas já existente segundo a realidade e padrões brasileiros, voltaria, por certo, ao "colo do útero". Sem dúvida, voltariamos ao velho e desgastado slogan "Um mínimo de segurança para um máximo de desenvolvimento".

### O Brasil, sua Segurança Externa, a África e o Atlântico Sul

Tem o Brasil situação geográfica privilegiada na costa ocidental do Atlântico Sul, pois grande porção de seu território se projeta, na direção do Continente Africano, segundo a linha Natal-Dacar, em estrangulamento pronunciado do oceano. Sua costa, de quase oito

mil quilômetros, dá-lhe irresistível vocação marítima e, se de um lado está a sua imensa continentalidade, do outro está o mar, via natural para a ligação aos centros de produção e cultura do hemisfério norte, dos quais depende, em grande parte, nossa prosperidade. Os caminhos do mar são vitais para a integração e o desenvolvimento do país.

Pelo Atlântico Sul, singra o petróleo importado do Oriente Médio e, para o Extremo-Oriente, o minério de ferro exportado, além de valiosos outros produtos componentes de trocas comerciais brasileiras. É, sem dúvida, o Atlântico Sul, área de suma importância para a Segurança Nacional. Tal área cresce de relevo, pois a presença russa, através de seu poder marítimo convencional e nuclear, já se faz presente, colocando, frente ao continente sul-americano, a força expansionista soviética.

É imperativo para a segurança e sobrevivência do Brasil que este tenha, na África, do outro lado do Atlântico, uma segurança longínqua. Somente assim poderemos conceber um Brasil não asfixiado pela garantia da livre utilização do Atlântico Sul, verdadeiro pulmão marítimo brasileiro.

A África, para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é, antes de mais nada, uma base de assalto ao continente sul-americano, destacando-se o imenso litoral brasileiro, principalmente quando se leva em conta o alcance dos diversos meios de que dispõe aquele país comunista. Bastará olhar um mapa-mundi para que salte aos

olhos a formidável importância estratégica da África do Sul, com costas sobre os Oceanos Índico e Atlântico, das quais faz parte o famoso Cabo da Boa Esperança, em frente ao qual desfilam, diariamente, dezenas de navios em cujos bojos é transportado o petróleo oriundo do Médio Oriente e vital às economias do Ocidente, sobretudo às da Europa Ocidental e do Brasil.

Ora, quem desconhece a crescente presença do Poder Naval soviético, sobretudo no primeiro daqueles dois oceanos? E o seu domínio sobre o chamado "chifre da África", conquistado depois da "libertação" da Abissínia, a qual, como se sabe, não era colônia?

É preciso ter em mente o que significa tal domínio, e mais o do lêmén do Sul, com respeito às rotas que demandam o Atlântico, provenientes do Mar Vermelho.

Nas vizinhanças do importantíssimo Golfo de Aden, possui o Poder Naval soviético instalações nas Ilhas Dahlak, em Massawa, em Assab, base naval em Aden, facilidades à disposição em Nacala, Sofala e Maputo (capital de Moçambique, ex-Lourenço Marques), as três últimas bem próximas da costa oriental da África do Sul. Em pleno Oceano Índico, já dispõe a União Soviética do controle das Ilhas Seychelles e Mauritius, onde se situa Port Louis.

Tal posicionamento soviético, possibilitando influenciar no recente conflito das Malvinas, ensejou uma pretensa e possível guinada da Argentina em direção aos países comunistas, no desespero de ame-

nizar seus problemas econômicos e encontrar o apoio político e militar que lhes foi negado pelos Estados Unidos.

Existe, pois, no Atlântico Sul, ameaça concreta e real, implicando em graves perigos para o Continente Sul-Americano e, particularmente, para a integridade do Brasil Continental.

A África e o Atlântico Sul tornam-se, cada vez mais, vitais para o Brasil e não poderemos deixar de colocar, já, em primeiro plano, a preocupação com a nossa Segurança Externa nesta área. Nela, potências militares nucleares, agem, mercê de seu poder, sem que respeitem regras do Direito Internacional, protestos da ONU ou qualquer outra organização internacional. Buscam, a todo custo aumentar a sua zona de influência e o seu controle sobre povos e territórios, cumprindo seus objetivos expansionistas.

Não será através do idealismo político, deixando atrofiado o nosso Poder Militar, que iremos sobreviver. A atitude pacífica de nosso povo e a crença de nossos governantes nos entendimentos internacionais já não bastam num mundo onde as potências nucleares têm a sua diplomacia apoiada no Poder Militar.

Não podemos e nem devemos confiar unicamente na proteção dos Estados Unidos, cuja estratégia militar visa, primordialmente, em qualquer caso e em qualquer área, a defesa de seus interesses. Assim, os americanos do norte caracterizaram-se, após a derrota no Vietnã, pressionados internamente,

por uma indefinição das linhas de rumo a seguir, responsável por uma conduta passiva e, o que é bem pior, hesitante, na maioria das vezes, como ocorreu ao final da década de 80, na própria África e Oriente Médio, situação algo modificada com o Governo Reagan ao ver, assustadoramente, o crescente expansionismo soviético, em detrimento dos interesses americanos.

Uma aliança militar do Brasil com a África do Sul, hoje impossibilitada por uma visão política irreal do "apartheid", fruto, indubitavelmente, da fantástica capacidade de desinformar, manipulada pelos que servem aos interesses do imperialismo soviético em expansão, facilitaria a proteção longínqua que o Brasil necessita na costa africana, bem como uma maior segurança no Atlântico Sul, ao dispor de um aliado com uma força militar bem estruturada e equipada, com excelente suporte tecnológico, e com vastos recursos. Para que se tenha uma idéia desse último aspecto, transcreveremos, em seguida, dados extraídos de fontes imparciais e idôneas, como o são o relatório do "USA House of Representatives Subcommittee on Mines and Mining" e o do "European Parliament Political Affairs", ambos de 1980.

O relatório do subcomitê da Câmara de Deputados dos Estados Unidos informa que, em 1978, o Ocidente importou da África do Sul as seguintes porcentagens de minerais: platina, 91%; vanádio, 88%; ouro, 67%; ferrocromo, 58%;

cromita, 40%; manganês, 36%; ferromanganês, 22%.

De passagem, diga-se que, do total de cromo conhecido no mundo, e todos sabemos da importância do cromo na fabricação de aços especiais, cerca de 70% estão no país. Nele estão, também, as maiores reservas mundiais de ouro, manganês, vanádio, metais do grupo da platina, vanádio, espatoflúor. Em diamantes, possui a segunda reserva mundial, bem como do, hoje, tão estratégico urânio.

O relatório europeu, por seu turno, nos dá conta que a Europa Ocidental importou dali, em 1978, 96% do cromo de que necessitou a sua indústria; 82% da platina, 45% do manganês e 23% do carvão.

### O Brasil face à América do Sul

Na América do Sul, circundando o Brasil, acima de quaisquer dissensões, unidos por uma mesma origem hispânica, tradições históricas que se confundem, bem como cultura e costumes, a par de uma única língua, estão vários países apenas diferenciados pelos graus de desenvolvimento que apresentam.

Por seus potenciais respectivos, destacam-se a Argentina ao Sul e a Venezuela a Noroeste; dentre aqueles que não apresentam fronteiras comuns com o Brasil, o Chile e o Equador.

Os países componentes do Pacto Andino (Venezuela, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia), liderados pela Venezuela, unidos inicialmente para oporem-se a uma pretensa expansão do Brasil na direção do Pacífico, acabaram sendo

levados ao Pacto Amazônico de inspiração brasileira. Tal guinada foi fruto, não somente do grande desenvolvimento econômico brasileiro, mas, também, da presença na área, cada vez mais marcante, de Cuba, ameaça constante no Caribe, possibilitando um futuro instável do Canal do Panamá. Com sua tradicional ligação Pacífico-Atlântico ameaçada, as repúblicas de língua espanhola do Pacífico viram-se obrigadas a voltarem-se para a Amazônia; buscam uma outra opção que possibilite a saída para o Atlântico, totalmente válida, pois, o sistema fluvial na região foi, e está sendo, reforçado e ampliado por rodovias, dentre as quais destaca-se a Transamazônica e tornar-se-á mais adequado após a construção das eclusas de Tucuruí, já previstas e planejadas.

A série de acordos assinados, a partir de 1971, com a Bolívia, Paraguai e Uruguai, tornaram estes países sólidos parceiros políticos e econômicos do Brasil. A referida parceria foi incrementada com a criação dos corredores de exportação, possibilitando saídas para o Atlântico, àqueles países, pelos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, flanqueando o domínio argentino da embocadura do Rio do Prata.

Face ao desenvolvimento experimentado pelo Brasil nos últimos quinze anos e o estreitamento de suas relações com os demais países do Continente Sul-Americano, a Argentina caracterizou-se por uma política externa, por vezes de confrontação, em relação ao nosso País.

A Argentina realiza, há vários anos, pesquisas nucleares; segue um programa definido, à base de urânio natural e água pesada, semelhante ao utilizado pela Índia que possibilitou a entrada, desta última, para o Clube Atômico; não aceita restrições internacionais ao seu desenvolvimento nuclear e, apesar dos problemas econômico-financeiros por que passa na atualidade, não menores que os do Brasil, procura, ainda assim, incrementar o seu programa, buscando não somente a formação de pessoal especializado mas, também material e tecnologia estrangeiros.

Acreditamos que a ação da Argentina nas Malvinas e as repercussões advindas de tal ação sobre suas Forças Armadas, a levarão a fortalecer seu Poder Militar, com o desenvolvimento de artefatos nucleares, o que confirma o recente anúncio do ex-titular da Comissão Nacional de Energia Atômica, Vice-Almirante Carlos Castro Madero, de que a "Argentina produz urânio enriquecido", modificando substancialmente a situação tecnológica, a diplomacia e geopolítica argentina. Foi o próprio Castro Madero que reconheceu isso ao dizer que a notícia tinha uma "grande transcendência internacional e significado geopolítico". Afirmou que o domínio da tecnologia nuclear, além do prestígio técnico, proporciona "uma qualificação política a ter presente em toda negociação".

A relação entre a capacidade de enriquecer urânio e produzir uma bomba atômica é direta e próxima. Além disso, o método de enri-

enriquecimento de urânio adotado pela Argentina "é próprio, não foi proporcionado por licenças técnicas estrangeiras, estando, portanto, livre de salvaguardas internacionais", como frisou o Vice-Almirante.

Em 1978, os Estados Unidos não autorizaram a venda de urânio enriquecido para a Argentina, pon-do a pesquisa nuclear do país à beira do colapso, levando o país a resolver comprar urânio na União Soviética. Para evitar um novo estrangulamento do abastecimento, Buenos Aires decidiu, num clima de absoluto segredo, desenvolver a tecnologia do enriquecimento. As pesquisas se realizaram todas na localidade de Pilcaniyeu, ao Sul da Patagônia, perto da região de Bariloche, onde existe hoje um pólo de desenvolvimento atômico de que fazem parte uma usina de fabricação de água pesada e o Instituto Balseiro de Altas Pesquisas Nucleares.

Não se acredita, com o novo Governo, que não se confirme, ainda que de forma indireta, uma linha de pesquisa que se insere num planejamento que inclui a pesquisa de propulsores nucleares para submarinos e explosões atômicas pacíficas.

Castro Madero afirmou que esse avanço argentino "prova o fracasso das políticas atômicas restritivas que os países desenvolvidos querem impor aos menos evoluídos". E avisou que a Argentina não assinará o "Tratado de Não Proliferação Nuclear" por ser "discriminatório" e violar "a indepen-

dência e a soberania em matéria de energia".

Seria realmente desvantajoso para o Brasil e para sua política na América do Sul, que a Argentina tivesse, isoladamente, na região, em suas mãos, elementos de pressão e de persuasão como o são os engenhos nucleares.

Sem dúvida, a sua diplomacia, à semelhança das potências atômicas atuais, estaria fortemente alicerçada no que concerne ao relacionamento continental.

Se tal ocorrer, é conveniente ter em mente que o Oceano Pacífico é o oceano do futuro. Setenta por cento dos recursos inexplorados do globo encontram-se ao longo da orla da bacia do Pacífico (a qual inclui o Oceano Índico) e que o nosso relacionamento comercial com o Japão é crescente e vital.

Com a Argentina de posse de engenhos nucleares, anteriormente ao Brasil, não seria improvável a formação de um eixo Argentina-Venezuela; conseqüentemente, teríamos a formação de uma aliança militar e econômica por parte das nações do Pacto Andino. Isto colocaria por terra o Pacto Amazônico e em risco a própria segurança da Amazônia brasileira e a nossa integridade territorial.

As opções brasileiras em busca do Pacífico, tornar-se-iam dificultadas: o Canal do Panamá, sob influência, cada vez mais cubana, a rota terrestre, através da Bolívia, indubitavelmente, sob influência da Argentina nuclearizada; sob controle argentino, rotas que estão ao sul do Continente Sul-

Americano e que nascem no Atlântico.

A nossa crescente influência na direção do Caribe já não seria possível com a provável posição venezuelana, apoiada pela Argentina, e pela existência de Cuba, apoiada pelos soviéticos.

Estas são algumas poucas consequências prováveis de uma nuclearização argentina, anterior a do Brasil, cujas repercussões nos campos econômico, psicossocial, político e militar, são realmente imprevisíveis, mas, de qualquer forma, prejudiciais à consecução de alguns dos nossos objetivos, colocando em risco a Segurança Nacional.

### **Estratégia Nacional, Estratégia Militar e os Engenhos Nucleares.**

Na sucessão constante dos períodos de crise e de paz relativa do mundo atual, cada país tem que traçar a sua política e a sua estratégia, a fim de garantir a segurança e a consecução dos seus objetivos nacionais.

Nenhum país está livre de envolvimento em crises, mais ou menos graves, que podem resultar em conflito armado.

A História mostra que a grande maioria dos países participantes de lutas armadas independentemente das inclinações pacíficas ou bélicas dos seus povos ou governos; os fatores preponderantes que levam os países a participarem de guerras são a sua importância e poderio e sua posição geográfica em relação aos pólos do poder mundial e fa-

ce às áreas onde as potências em choque se confrontam.

Nos últimos cinquenta anos o Brasil se viu envolvido em duas guerras mundiais; na última delas, entre outras consequências, sofreu ações de submarinos alemães junto ao seu litoral.

Os grandes pólos do poder mundial continuam no Hemisfério Norte, mas as áreas onde as grandes potências se chocam e disputam a respectiva influência são aquelas onde estão os países de menor poder. Situado na América Latina, e reconhecido por muitos como seu líder natural, o Brasil não está imune aos efeitos da confrontação, principalmente entre as duas superpotências.

Além disso, o nosso País com sua importância crescente, cada vez mais, se verá inevitavelmente envolvido em crises mundiais ou em crises que afetem, primordialmente, a sua área estratégica; terá que enfrentar opções, não só econômicas e políticas mas, também, militares; necessitará, portanto, de cuidar, com acentuada responsabilidade, de sua Segurança Nacional e, logicamente, de seu Poder Militar.

Atualmente, as superpotências e as demais potências nucleares são aquelas que, entre si, procuram alcançar, de forma antagônica ou não (dependendo das circunstâncias) os mesmos objetivos, sem a aplicação direta e recíproca dos seus poderes militares, face a possibilidade de um engajamento nuclear.

Com receio de atacar diretamente o seu adversário, cada su-

perpotência procura ampliar a sua influência e o seu domínio sobre as demais áreas estratégicas do Globo, ao mesmo tempo que procura, sob todas as formas, anular ou neutralizar a ação do inimigo nas referidas áreas; cada superpotência procura canalizar a história e a política dos países situados em áreas estratégicas, sob seu domínio, de acordo com seus interesses.

Conflitos armados surgem frequentemente, porém jamais ameaçando a integridade física dos povos ou territórios, senão daqueles que servem de instrumentos das estratégias dos mais fortes.

Naturalmente, como nem sempre é possível prever com antecedência todos os acontecimentos que possam envolver o país numa guerra e como não se improvisa uma força armada eficiente, os países têm que manter forças armadas nacionais permanentes, cujo tamanho e poder dependerão da própria projeção do país no cenário internacional.

É preciso não se esquecer que um país nem sempre participa de uma guerra porque o deseja ou a admita como um instrumento lícito.

No cenário mundial não existe, ainda, entidade internacional que disponha de meios eficazes para a garantia da soberania e dos direitos dos países porventura atingidos.

O ritmo das operações militares é cada vez maior; uma decisão poderá ser obtida dentro dos primeiros dias ou semanas, não permitindo à nação modificar forças ou

equipamentos que não estejam, desde o tempo de paz, disponíveis para as operações.

No estágio em que nos encontramos, a proteção atômica aos países como o nosso, do "Bloco Ocidental", é fornecida pelos Estados Unidos, o "arsenal das democracias". Segundo esta concepção, não há necessidade de nos esforçarmos para a constituição de uma força nuclear. O esforço deve ser o mínimo indispensável para a manutenção das unidades clássicas.

No caso de uma agressão, no presente ou no futuro, do mundo comunista, e na qual a nossa participação fosse necessária, esta concepção teria um grande inconveniente, pois nossa segurança ficaria baseada apenas na participação de uma aliança.

Neste caso, os Estados Unidos teriam o papel essencial que desempenham as armas nucleares na estratégia mundial.

A defesa do Brasil seria inteiramente confiada aos Estados Unidos com as nossas Forças, eventualmente engajadas, seguindo as decisões de chefes estrangeiros e não de oficiais brasileiros e em função de diretrizes do nosso governo. Nossas Forças seriam, portanto, atiradoras do Exército Americano, a parte evoluída, poderosa e, por conseguinte, considerada a parte nobre.

O Brasil perderia a sua autonomia de defesa e, conseqüentemente, sua independência real.

Haveria a ficção de uma direção coletiva das Forças empenhadas, na qual nosso país também teria voz. Mas é preciso levar em conta

até que ponto a nossa voz seria ouvida. As nossas Forças e o nosso país poderiam, desse modo, ser envolvidos numa estratégia que não atendesse realmente aos nossos interesses.

Sabemos que o Brasil é signatário dos instrumentos jurídicos internacionais que se seguem:

a) Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmicos e sob a Água, de 1963;

b) Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco), de 1967;

c) Acordo sobre a Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, de 1975, e alicerçado nas seguintes disposições:

— afirmação do princípio de não-proliferação das armas nucleares;

— obrigação de submeter, às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), todos os equipamentos, instalações e materiais nucleares, assim como as informações tecnológicas transmitidas;

— compromisso de não usar nenhum dos itens enumerados acima para fabrico de armas nucleares ou outros explosivos nucleares.

Entretanto, os tratados não são eternos e devem ser compatíveis, fundamentalmente, com os interesses nacionais e com a ordem jurídica internacional existente, ordem esta que, atualmente, está presente quando não contraria os interesses das grandes potências ou

superpotências. Tal fato é verificado, no dia-a-dia, nos organismos internacionais existentes (ONU, OEA, etc. . .) durante crises violentas. Suas resoluções são vetadas ou colocadas em prática ao sabor das grandes potências, ao sabor dos que realmente têm força e não em face das regras do Direito Internacional vigente.

Tratados que mantêm o Brasil e grande parte do mundo, na dependência de uns poucos, dependendo cada vez maior, são nulos de direito e de fato.

A simples posição de protegido natural da potência líder do mundo ocidental, dadas as potencialidades e possibilidades do Brasil mesmo sem o domínio de armas nucleares, já nos coloca como alvo, também potencial, de engajamentos nucleares. Assim sendo, não nos arriscamos a um envolvimento nuclear sem a possibilidade de decidir nossa atitude, num conflito que, também, poderia não ser nosso.

Partindo das assertivas acima dentro de um conceito Estratégico Nacional, torna-se necessário que o Brasil, como potência emergente que já é, e aspirando ser grande potência, comece a cuidar da reformulação de sua Estratégia Militar, fundamentando-a, ao lado das Forças Convencionais, numa Força Nuclear Estratégica Autônoma.

As Forças Convencionais, flexíveis e altamente móveis, responderiam às necessidades estratégicas de Segurança Interna e, também, de Segurança Externa, em conflitos limitados, de forma isolada ou em aliança, mas sempre com a li

berdade de decisão em nossas mãos.

A Força Nuclear Estratégica Autônoma seria a base da Estratégia da Dissuasão. Poderiam argumentar que com a fabricação da bomba atômica pelos soviéticos, pondo em risco a supremacia estratégica dos EUA, houve uma tentativa de ajustamento a novas situações com a adoção de novas estratégias (retaliação, resposta flexível, liberação, retaliação maciça, retaliação limitada, dissuasão, contraforça e dissuasão limitada) sem, entretanto, evitar-se a expansão soviética ou assegurar-se supremacia dos EUA.

Podemos afirmar que a arena em que se digladiam e se digladiaram as duas superpotências não corresponde a nenhuma parcela de seus territórios. Qualquer risco de confronto nuclear direto, que ponha a integridade de seus territórios ou de suas forças nacionais em jogo, é afastado, mesmo sob pena de derrota, como foi a sofrida pelos americanos no Vietnã, onde os vietnamitas eram apoiados por russos e chineses, ambos possuidores de armas atômicas. Aí está presente a dissuasão no seu conceito mais amplo.

Somente depois que a França consolidou sua famosa "Força de Frappe" é que americanos e russos passaram a colocar em suas conversações sobre desarmamento (que abordavam apenas os mísseis balísticos intercontinentais) a questão dos mísseis de alcance médio, os quais colocam a Europa como centro do teatro de operações de provável guerra nuclear. Aí está a

dissuasão influenciando, mesmo limitada, ao compararmos o poder militar atômico francês com os das superpotências (inclui-se, neste último, o representado pela OTAN e o Pacto de Varsóvia). Logicamente, o caminho a seguir não estará livre de sacrifícios de toda ordem, mas a preservação da integridade, da independência, da liberdade e a construção de uma grande potência não podem deixar de prescindir de tais sacrifícios.

É preciso criar um sistema de defesa que não seja dirigido contra nenhum país, mas que, paulatinamente, aos olhos das grandes potências não seja visto com desdém, porém com o respeito que traduza a possibilidade, nem que seja limitada, de também causar danos catastróficos ao inimigo.

Somente iniciando a criação de uma pequena Força é que poderemos vir a ter uma Força Estratégica de Dissuasão tal que possa atingir todos os quadrantes e que nos permita escapar das grandes guerras ou delas participarmos com nossos aliados, sejam quais forem, em melhores condições.

## CONCLUSÃO

A situação internacional oferece-nos, atualmente, a imagem da indefinição e da conturbação política e social, não sendo possível indicar-se as ameaças que pairam sobre o mundo e, conseqüentemente, sobre o Brasil.

É impossível basear-se nos frágeis equilíbrios do presente para augurar o futuro. Estes equilíbrios são freqüentemente muito instá-

veis para que possam ser, de um dia para outro, substituídos por situações completamente diferentes. E o Poder Militar, onde se destacam as armas nucleares, é parcela fundamental do equilíbrio ou desequilíbrio vigente.

É preciso assinalar, a propósito, que os exércitos, seus armamentos e suas doutrinas, requerem uma longa criação, contínua, concretizada muito tempo após o início do trabalho.

Qual a situação do mundo dentro dos dez, quinze ou vinte anos vindouros? Quem poderá dizê-los? Que será da realidade mundial, dos dois impérios, o americano e o soviético, que atingiram a plenitude de sua potência logo depois da Segunda Guerra Mundial?

E de suas conquistas nucleares e espaciais? O "status quo" do equilíbrio do terror será tão forte que desaparecerá o risco de uma grande guerra ou haverá o domínio de um sobre o outro? Como se desenvolverão as tensões internas, políticas e psicossociais nestes países e quais as influências resultantes no Poder Nacional de cada uma delas? Quais serão as novas superpotências e que papéis exercerão nos destinos do mundo?

Como estarão a América do Sul e seus países, principalmente aqueles que apresentam um maior potencial como a Argentina? Como estarão as relações desta última com o Brasil?

Poder-se-á saber qual a intensidade de disseminação dos engenhos nucleares, apesar de todo esforço monopolista das grandes potências atuais, com a diversificação

do conhecimento técnico-científico pelo globo terrestre?

Ninguém poderá afirmar que, num mundo pleno de tensões e imprevisível, não seja possível o surgimento, mesmo de guerras limitadas, que poderão rapidamente envolver a maior parte das nações senão todas, principalmente se levarmos em conta que os novos meios de destruição são praticamente instantâneos e desconhecem as grandes distâncias geográficas.

O nosso país, certamente, não escaparia de tal conflagração apesar de tão decantada índole pacífica de nosso povo e governantes, da renúncia às armas atômicas, mantendo Forças Armadas que correspondam a um mínimo de segurança e da adoção de atitudes conciliatórias no cenário internacional.

O melhor que podemos fazer é iniciarmos, desde agora, a longa e sacrificante marcha a fim de que sejamos fortes por nós mesmos. Dos armamentos modernos, os que têm melhor rendimento são os nucleares. Além disso, estes, por sua ação a longa distância, através de vetores convenientes, têm alto poder de persuasão e dissuasão, aumentando, ainda mais, a relação custos-benefícios em comparação com as armas convencionais.

Cumprе ressaltar que as armas atômico-táticas poderiam ser usadas nas guerras limitadas sem que fosse necessário recorrer ao emprego estratégico desses engenhos. O fator que proibe o uso de armas de destruição em massa contra os centros vitais dos beligerantes não

impede o uso de armas atômico-táticas contra alvos na área de combate.

Adotar uma Estratégia Militar, na qual ser o mais forte possível, de uma maneira autônoma e individual, não nos impediria, caso fosse necessário, que nos incorporássemos a uma aliança adaptada ao perigo a enfrentar; entretanto, dela participaríamos visando nossos interesses, primordialmente, e não ao sabor de terceiros.

Nossa Força, autônoma, deverá ser criada e evoluir a partir de um pequeno núcleo, de forma que possa vir a ser orientada em todas as direções e capaz de atingir a todos os quadrantes da Terra. Isso tornar-se-ia realidade através da concretização de uma Força Nuclear Estratégica, dotada dos meios adequados ao seu fim.

É preciso encararmos a realidade e verificarmos que, para o nosso país, as opções que se abrem no que tange à Segurança Externa Nacional, são:

— Integrar-se em uma aliança ou sistema e depender de seu membro mais importante, trazendo como consequência para o País:

- a inexistência de meios eficazes autônomos;
- a obrigatoriedade de participação numa guerra que envolva seu "protetor" correndo riscos, os mais diversos, e, entre eles, a eventualidade de não ser defendido (como ocorreu em Munique com a Tcheco-Eslóvaquia, na última Grande Guerra);
- a inexistência de uma real independência nacional.

— Iniciar, desde agora, a criação de um sistema de defesa que compreenda, ao lado das forças convencionais, uma Força Nuclear, que, por menor que seja, permita:

- dissuadir agressões pelo poder de pronta-resposta;
- participar de um conflito, de qualquer âmbito, em melhores condições, com ou sem aliados;
- servir como fator de persuasão, quando necessário, nas relações internacionais, alicerçando em bases sólidas nossa ação diplomática.

Não podemos deixar de levar em conta a necessidade de forças convencionais adequadas, principalmente para atender às necessidades internas ou de um conflito limitado. Entretanto, tais forças devem ser flexíveis e aptas ao combate no qual sejam empregados os engenhos nucleares táticos.

Estaremos assim, face às dimensões internacionais que o País já apresenta, satisfazendo à sua Segurança Externa, de forma prioritária, assegurando a liberdade do uso das rotas indispensáveis à nossa sobrevivência quer no Pacífico, quer no Atlântico. Ficaremos em condições de buscar a nossa segurança longínqua frente a qualquer expansionismo estrangeiro e, inicialmente aquela que já se torna necessária, na África, nos dias de hoje, devido à presença soviética; teremos um ponto de apoio para que a nossa diplomacia possa fazer valer os nossos direitos no que concerne às diversas pretensões brasileiras. Estaremos mais tranquilos quanto a uma integração e

desenvolvimento, mais harmônicos, de toda região Amazônica.

Dessa forma, também poderemos cooperar para uma situação mais estável no Continente, colocando o Poder Nacional, com seu Aspecto Militar, já fortalecido, a serviço de uma Estratégia que, sem ferir países amigos, assegure efetivamente a paz latino-americana e concorra para a harmonia internacional.

Gostaríamos de reproduzir o que diz o General Meira Mattos, no seu livro "A Geopolítica e as Projeções do Poder".

"No que se refere à segurança, mormente no que tange à segurança externa, seremos obrigados a realizar um gradual esforço neste último quartel de século. Não podemos esquecer que nossa inevitável expansão econômica e nossa firme determinação em não nos deixar dominar por ideologias totalitárias, irão exigir de nós, fatalmente, um maior esforço de segurança.

Os Estados Unidos, em plena fase de relações pacíficas com todo mundo, não puderam reduzir seus efetivos a menos de dois milhões de homens em uniforme. Devemos chegar ao fim do século com um dispositivo de segurança militar capaz de garantir a nossa utilização das rotas marítimas e aéreas no Atlântico Sul e dispondo de uma força estratégica dissuasiva de alta mobilidade".

E prossegue mais adiante:

"Há uma realidade que não podemos ignorar em nossa luta pela modernização e crescimento do país. O desenvolvimento de um

país grande como o Brasil transborda em poder. Trata-se de fenômeno inevitável, involuntário mesmo, em alguns casos. Aconteceu com os Estados Unidos, em que pesassem as correntes internas que sempre existiram, contrárias ao desempenho das responsabilidades desse poder. Anteriormente, já havia acontecido com a França e a Inglaterra, templos de liberalismo político".

Nosso desenvolvimento resultará em responsabilidades maiores no campo da segurança externa. Seremos uma potência mundial, e isto independará de crises passageiras, de nossa vocação ou gosto para o poder.

Teremos, portanto, de estar preparados também para exercer esse Poder, protegendo os nossos interesses cujas dimensões, em termos econômicos e geo-estratégicos, adquirirão amplitude mundial, gerando conflitos.

A estratégia de formulação da Política Nacional, apoiada em um mínimo de segurança e num máximo de desenvolvimento, já não é própria para um país, o qual, apesar do muito que ainda tem que ser feito e que diante da sua continentalidade apresenta aspectos de sub-desenvolvimento, já se apresenta como a oitava economia de um mundo mergulhado em dificuldades de toda ordem.

"O suporte de um desenvolvimento em escala mundial pede uma segurança de igual escala."

A nossa responsabilidade na ordem internacional cresce gradativamente e a nossa atual segurança, no mundo conflitante de hoje, sob

o jugo das potências nucleares, é muito pouco para quem já é grande, tem interesses crescentes e variados, gerando antagonismos de origens e naturezas diferentes, como é o caso do Brasil.

A realidade é que para termos segurança, precisamos fundamentalmente de uma capacidade militar realizada, adequada às decisões rápidas que se impõem nos dias de hoje e não nos louvamos apenas pela capacidade potencial mobilizável. O mundo tornou-se pequeno e a capacidade da violência instantânea e catastrófica, com os engenhos nucleares e seus modernos meios de lançamento.

Devemos evoluir militarmente e não aceitar as armas atômicas como o maior desafio do presente, transformando essa força em um fator essencial de Segurança Nacional, não só para a vitória, numa possível guerra, limitada ou não, mas, muito mais, no sentido de dissuadir qualquer agressão, a partir de onde partir. Estaremos

também fortalecendo a nossa diplomacia, possibilitando que a mesma, não somente no âmbito continental, mas no cenário internacional, coopere para a manutenção da paz.

O caminho é longo. Precisamos de recursos, pessoal especializado, doutrina, artefatos e vetores. As afirmativas de que não temos estrutura militar e técnico-científica, que os recursos necessários serão vultosos, que sofreremos a pressão internacional (incluindo o corte do fornecimento de tecnologia), responderemos com a nossa capacidade de trabalho, com a força de vontade, com a determinação em fazer do Brasil um país realmente livre, soberano e respeitado.

Atitudes negativas e pessimistas nada constroem e a acomodação ao nada leva. Se não plantarmos já a primeira semente não haverá nunca a colheita, por menor que seja. Lembremo-nos de que não há preço que pague a nossa independência.

*O Ten Cel Marco Antonio Felício da Silva, da arma de Artilharia, tem os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Serve atualmente no Gabinete do Ministro do Exército, Brasília.*